

# A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO  
(ORGANIZADOR)

# A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3



ALEXSANDRO TEIXEIRA RIBEIRO  
(ORGANIZADOR)

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krah – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior



Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Vanessa Mottin de Oliveira Batista  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Alessandro Teixeira Ribeiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S678 A sociologia e as questões interpostas ao desenvolvimento humano 3 / Organizador Alessandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-538-9

DOI 10.22533/at.ed.389202810

1. Sociologia. 2. Desenvolvimento Humano. I. Ribeiro, Alessandro Teixeira (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Pensar e sociedade, o indivíduo, a intersubjetividade e as relações sociais são preocupações constantes nos artigos e capítulos que integram a obra “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3”. O livro reúne uma série de contribuições da pesquisa social que buscam dar os contornos sobre a vida em sociedade, sobre as identidades e comunidades sociais.

A variedade de olhares que surgem nos capítulos dá conta de uma abordagem ampla sobre diversos temas atuais e urgentes. Sobre tudo de questões relacionadas aos processos identitários, à etnicidade, dentre outros. Aqui, destacam-se os trabalhos que abordam as redes de interdependências estabelecidas a partir dos jogos indígenas, a tradição e a sobrevivência de comunidades pesqueiras portuguesas, entre comunidades geracionais, grupos de trabalho e identidades profissionais.

As vulnerabilidades social e laboral também são evidenciadas e debatidas à luz das correntes sociológicas nos trabalhos aqui destacados. Dentre eles podemos ressaltar pesquisas sobre políticas públicas para dependentes de novas drogas psicoativas, a precarização do trabalho e as condições sanitárias no mercado sexual durante a pandemia, as redes de apoio e grupos de identidade vinculados às pessoas em situação de rua, e as condições de representatividades da comunidade carcerária.

O rigor metodológico e as contribuições de múltiplas observações do campo social faz da coleção “A Sociologia e as Questões Interpostas ao Desenvolvimento Humano 3” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

## SUMÁRIO

### CAPÍTULO 1..... 1

#### GEORG SIMMEL E A EDUCAÇÃO COMO TRAGÉDIA

Elson dos Santos Gomes Junior

Rafael Ferreira Pureza de Oliveira

Marcos Felipe Medeiros de Souza

DOI 10.22533/at.ed.3892028101

### CAPÍTULO 2..... 12

#### ENTRE TRADIÇÃO E SOBREVIVÊNCIA DO TRABALHO DO MAR: DILEMAS GERACIONAIS DAS COMUNIDADES PISCATÓRIAS PORTUGUESAS

Licínio Manuel Vicente Tomás

DOI 10.22533/at.ed.3892028102

### CAPÍTULO 3..... 28

#### EDUCAÇÃO INFORMAL E EXPERIÊNCIA MIGRATÓRIA: INVESTIGAÇÃO SOBRE SENIORES RESIDENTES EM VIANA DO CASTELO

Manuela Benvinda Vieira Gomes Cachadinha

DOI 10.22533/at.ed.3892028103

### CAPÍTULO 4..... 41

#### UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MERCADOS DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

Susana Henriques

Maria das Dores Guerreiro

Joana Paula Silva

DOI 10.22533/at.ed.3892028104

### CAPÍTULO 5..... 55

#### SABERES TRADICIONAIS: UMA PESQUISA PARTICIPANTE REALIZADA COM O MOVIMENTO DAS APRENDIZES DA SABEDORIA

Ana Paula Huçalo

Analine Badotti Batista

Cristina Ide Fujinaga

Fernando Stora

Francieli Aparecida Zaksessi

Marina Joice Keil

Willidiane Tessari

DOI 10.22533/at.ed.3892028105

### CAPÍTULO 6..... 68

#### REGULAÇÃO E DESREGULAÇÃO DO TRABALHO: TRABALHO SEXUAL, PANDEMIA, CRISE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Roseli Bregantin Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.3892028106

<b>CAPÍTULO 7.....</b>	<b>83</b>
<b>O LUGAR DE SUJEITO E O INDIVÍDUO: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES</b>	
Amanda Marques de Carvalho Gondim	
José Luís Simões	
Izabel Adriana Gomes de Sena Simões	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3892028107</b>	
<b>CAPÍTULO 8.....</b>	<b>90</b>
<b>JOGOS DOS POVOS INDÍGENAS: REDES DE INTERDEPENDÊNCIAS</b>	
Deoclecio Rocco Gruppi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3892028108</b>	
<b>CAPÍTULO 9.....</b>	<b>108</b>
<b>ENTRE SOCIABILIDADES E DESIGUALDADES: AS REDES DE APOIO NAS RUAS</b>	
Anne Gabriele Lima Sousa de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.3892028109</b>	
<b>CAPÍTULO 10.....</b>	<b>121</b>
<b>DINÂMICAS DE AÇÃO DOS FISIOTERAPEUTAS PORTUGUESES - TENDÊNCIAS, PROBLEMAS E PERSPECTIVAS</b>	
Paula Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38920281010</b>	
<b>CAPÍTULO 11.....</b>	<b>135</b>
<b>DINÂMICAS DA FAMÍLIA EMPRESÁRIA, REFLEXIVIDADE E A SUCESSÃO: A FERRAMENTA DO PROTOCOLO FAMILIAR</b>	
Ana Paula Marques	
António Nogueira da Costa	
Paula Freire	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38920281011</b>	
<b>CAPÍTULO 12.....</b>	<b>151</b>
<b>COMUNIDADE DE MOTOCICLISTAS: UMA ABORDAGEM SOBRE UM MOTO CLUBE DO PARANÁ</b>	
Karine Aparecida de Lima	
Bárbara Mendes Paz Chao	
Danielle Soraya da Silva Figueiredo	
Fabio Antonio Matucheski Zarpelon	
Iara Rodrigues Vieira	
Cristiana Magni	
Reinaldo Knorek	
<b>DOI 10.22533/at.ed.38920281012</b>	
<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>160</b>
<b>AUTONOMIA PROFISSIONAL DAS NOVAS PROFISSÕES DA SAÚDE EM</b>	

## PORTUGAL - OS TÉCNICOS SUPERIORES DE RADIOLOGIA

António Fernando Caldeira Lagem Abrantes

Rui Pedro Pereira de Almeida

Luís Pedro Vieira Ribeiro

Bianca Vicente

Kevin Barros Azevedo

Carlos Alberto da Silva

Dulce Miranda

**DOI 10.22533/at.ed.38920281013**

## **CAPÍTULO 14..... 172**

### **ATUAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA NO INTRAMUROS DO PRP-RS**

Júlia Estela Heling

**DOI 10.22533/at.ed.38920281014**

## **CAPÍTULO 15..... 180**

### **APROXIMAÇÕES SOBRE OS CONCEITOS DE PODER E AUTORIDADE NA SOCIOLOGIA DA AÇÃO EM WEBER**

Alexsandro Teixeira Ribeiro

**DOI 10.22533/at.ed.38920281015**

## **CAPÍTULO 16..... 193**

### **A PROSTITUIÇÃO SOB ESCRUTÍNIO: QUANDO OS PROJETOS ANTIPROSTITUIÇÃO DO FEMINISMO ABOLICIONISTA E DE RELIGIOSOS CRISTÃOS CONVERGEM NO BRASIL**

Tiago Luís Coelho Vaz Silva

**DOI 10.22533/at.ed.38920281016**

## **CAPÍTULO 17..... 206**

### **A COMPLEXIFICAÇÃO DO PROCESSO CIVILIZADOR NOS DISCURSOS DA MÍDIA ESPORTIVA NO MIXED MARTIAL ARTS - MMA FEMININO**

Luara Faria dos Santos

Ana Carla Dias Carvalho

**DOI 10.22533/at.ed.38920281017**

## **SOBRE O ORGANIZADOR..... 217**

## **ÍNDICE REMISSIVO..... 218**

## UMA ANÁLISE SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E OS MERCADOS DAS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

*Data de aceite: 26/10/2020*

*Data de submissão: 16/10/2020*

### **Susana Henriques**

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de  
Investigação e Estudos de Sociologia  
(CIES-Iscte)  
Universidade Aberta (UAb)  
Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-7506-1401>

### **Maria das Dores Guerreiro**

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de  
Investigação e Estudos de Sociologia  
(CIES-Iscte)  
Portugal  
<https://orcid.org/0000-0002-6990-5604>

### **Joana Paula Silva**

Instituto Universitário de Lisboa/ Centro de  
Investigação e Estudos de Sociologia  
(CIES-Iscte)  
Portugal  
<https://orcid.org/0000-0001-7938-5094>

**RESUMO:** O presente texto retrata, contextualiza e discute o fenómeno das novas substâncias psicoativas. Dá especial enfoque à realidade portuguesa e destaca as políticas públicas, os mercados e contextos, embora fazendo o seu enquadramento em termos europeus e internacionais, já que se trata de uma problemática global. As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) são um fenómeno emergente que consiste no aparecimento ou reaparecimento no mercado

de um conjunto de substâncias que, de acordo com a sua composição química, formas de uso e meios de aquisição, se assemelham às drogas convencionais, mas com novas particularidades. A sua grande variedade e rápida transformação configuram dificuldades de identificação e delimitação legal e conceptual. Devido a estas características tais substâncias não se encontram referenciadas nas tabelas dos organismos oficiais internacionais. E daqui resulta que não tenham estatuto de ilegais (nem de legais), apesar de serem potencialmente perigosas em termos de saúde pública e, por isso, tenham vindo a merecer atenção social, em termos de políticas públicas e também da comunidade científica. Começa-se por enquadrar o fenómeno das NSP em termos das políticas públicas a nível nacional e dos organismos europeus (EMCDDA) e internacionais (UNODC) com responsabilidades sobre este campo. Procura-se, de seguida problematizar a delimitação conceptual das novas substâncias psicoativas, destacando as dificuldades associadas a tal exercício. Num terceiro ponto abordam-se os mercados das NSP, com destaque para o papel da dimensão virtual potenciada pela expansão das tecnologias digitais e da internet. As conclusões apontam para a necessidade de mais investigação com impacto nas políticas públicas e nas estratégias de intervenção, tornando-se mais focadas, designadamente ao nível da prevenção. Este texto constitui um contributo para a definição e evolução do enquadramento legal do fenómeno das novas substâncias psicoativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Novas Substâncias Psicoativas; Políticas públicas; Mercados.

## ANALYSIS ON PUBLIC POLICIES AND MARKETS OF THE NEW PSYCHOACTIVE SUBSTANCES (NPS)

**ABSTRACT:** This text portrays, contextualizes and discusses the phenomenon of new psychoactive substances. Giving special focus to the Portuguese reality and highlighting public policies, markets and contexts, but framing them in European and international terms, since it is a global issue. New Psychoactive Substances (NPS) are an emerging phenomenon that consists of the appearance or reappearance of a set of substances on the market that, according to their chemical composition, forms of use and means of acquisition, resemble conventional drugs, but with new particularities. Its great variety and rapid transformation represent difficulties in the identification and legal and conceptual delimitation. Due to these characteristics, these substances are not listed in the tables of official international organizations. And it follows that they do not have the status of illegal (or legal), although they are potentially dangerous in terms of public health and, for this reason, they have deserved social attention, in terms of public policies and also from the scientific community. This paper begins by framing the phenomenon of NPS in terms of public policies at the national level and of European (EMCDDA) and international (UNODC) bodies with responsibilities in this field. Next, we seek to problematize the conceptual delimitation of the new psychoactive substances, highlighting the difficulties associated with such an exercise. In a third point, the NPS markets are addressed, with emphasis on the role of the virtual dimension enhanced by the expansion of digital technologies and the internet. The conclusions point to the need for more research with an impact on public policies and intervention strategies, becoming more focused, namely in terms of prevention. This text aims to be a contribution to the definition and evolution of the legal framework for the phenomenon of new psychoactive substances.

**KEYWORDS:** New Psychoactive Substances; Public policies; Markets.

### 1 | INTRODUÇÃO

As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) representam um fenómeno relativamente recente, caracterizado por um crescimento contínuo na última década, um pouco por todo o mundo. Incluem uma variedade de substâncias, naturais ou sintéticas, que não se encontram ainda enquadradas nas listagens dos organismos oficiais, por não estarem devidamente testadas em relação aos seus efeitos e pela rapidez com que surgem no mercado. As NSP representam, deste modo, uma ameaça para a saúde pública (EMCDDA, 2011), nomeadamente para os jovens que apresentam maiores níveis de prevalência de consumos (EMCDDA, 2015; 2016). Genericamente englobam: substâncias sintéticas criadas para mimetizar os efeitos das substâncias convencionais e, assim, contornar as restrições legais existentes no domínio das drogas; substâncias que foram desenvolvidas em laboratórios farmacêuticos mas que, por algum motivo, não chegaram a ser comercializadas como medicamentos ou, tendo-o sido, acabaram sendo retiradas; e ainda



substâncias, naturais ou sintéticas comercializadas com a indicação de que não são adequadas ao consumo humano (como por exemplo, sais de banho, fertilizantes para plantas, incensos, entre outras). O atributo ‘novas’ aplicado a estas substâncias psicoativas remete para o facto de se tratar de novos compostos constantemente criados e recriados mas, também, para o facto de se tratar de substâncias recentes no mercado das drogas, sejam elas quimicamente modernas ou recentemente recriadas nas suas formas de uso.

É precisamente esta dinâmica e contínua capacidade de transformação que caracteriza o campo das Novas Substâncias Psicoativas que pretendemos discutir neste artigo, já que daqui resultam as dificuldades na sua definição e delimitação conceptual e, por sua vez, implicações ao nível das políticas públicas, mercados e do desenvolvimento de conhecimento sobre o tema. Designadamente, no que se refere ao seu enquadramento legal, aos níveis de prevalência e aos padrões de consumo.

A discussão do fenómeno das NSP foi sendo introduzida no discurso das ciências sociais (BENSCHOP et al., 2017; VAVRINCIKOVA, FIDESOVA, JANIKOVA & GRUND, 2016). As particularidades das NSP decorrem da sua própria dinâmica nos mercados das drogas e no campo dos consumos de substâncias no contexto das atuais sociedades em rede. Isto é, uma das características da sociedade em rede (CASTELLS, 2002) prende-se com a influência sobre as dinâmicas dos setores económicos legítimos, mas também afeta os desenvolvimentos no mercado ilícito. Nunca como atualmente foi tão fácil para as pessoas deslocarem-se graças às viagens *low cost*, à ausência de fronteiras entre os estados membros da União Europeia, aos programas de mobilidade como o Erasmus, entre outros. Nunca como atualmente os fluxos de informação e interação foram tão difundidos e acessíveis. Estas duas ordens de fatores, mobilidade de pessoas e bens e fluxos de informação e interação, têm fortes impactos nos mercados, nomeadamente no mercado de substâncias ilícitas em geral e de NSP em particular (EMCDDA, 2016a).

Abordar as questões complexas em torno das Novas Substâncias Psicoativas implica, assim, começar por traçar em termos gerais o debate público expresso na evolução do seu enquadramento legal, desde o seu aparecimento até à atualidade, procurando identificar o universo das mesmas, tanto do ponto de vista do seu surgimento no mercado, como do próprio significado para os sujeitos que as consomem, produzem ou simplesmente comercializam. Para isso, importa contextualizar e perceber o significado destas substâncias nas sociedades tecnológicas de consumo contemporâneas, divididas entre o plano real e virtual de ação dos indivíduos, fazendo prevalecer a sua importância e impacto no discurso em torno do tema, nas suas várias dimensões – corrente, político, científico.

## 2 I POLÍTICAS PÚBLICAS DE NSP

Muito embora o contexto português seja o foco do presente texto, a reflexão em torno da delimitação legal e conceptual das NSP terá necessariamente de ter em conta o enquadramento internacional, com particular atenção às orientações europeias. O fenómeno das NSP encontra-se essencialmente ligado à emergência das *smartshops* em Portugal (CALADO, 2013). O mesmo se passa em outros países da Europa (por exemplo República Checa, Roménia e Polónia) (GRUND, VAVRINIKOVA, JANIKOVA, FIDESOVA, MIOVSKY, 2016).

Entre 2007 e 2013 chegaram a ser cerca de 60 lojas distribuídas por todo o território nacional (cf. Figura 1) e mais 7 a operar online (GOULÃO, 2013; CALADO, 2013). Durante este período, era nestes pontos de venda especializados que, de forma mais habitual, se podiam adquirir as novas substâncias psicoativas.



Figura 1 – As *smartshops* em Portugal (Calado, 2013, p. 50)

Identificadas e publicitadas como legais durante a época em que existiam estas *smartshops*, as NSP vendidas em Portugal tendiam a ser mais baratas e eram mais fáceis de adquirir do que as drogas convencionais. Tal facilidade resultava da sua comercialização física nestas *smartshops*, a par da comercialização em espaços virtuais, expressa num conjunto de *sites* especializados na venda e distribuição de NSP.

As designações iniciais destas substâncias, ‘drogas legais’, ‘*smart drugs*’, ‘*legal highs*’, traziam associadas falsas ideias de legalidade, ausência de riscos, efeitos positivos e, em consequência, uma certa permissividade. Os organismos oficiais procuraram então uma denominação para estas substâncias, capaz de caracterizar o fenómeno e de o demarcar da falsa bondade que, correntemente, a elas se associava. Assim, em 2010 foi introduzido no discurso oficial, legal e científico, o termo “Novas Substâncias Psicoativas” para designar as tais novas drogas que iam surgindo no mercado, integrando um alerta para o perigo que

representavam (EMCDDA, 2011). Em Portugal, só em finais de 2012, passou a ser oficialmente adotada esta designação.

Novas Substâncias Psicoativas passam então a ser definidas como “um novo estupefaciente ou um novo psicotrópico, puro ou numa preparação, que não seja controlado pela Convenção das Nações Unidas de 1971 sobre substâncias psicotrópicas, mas que possa constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias enumeradas nessas convenções” (cf. página do SICAD). Seguindo a mesma lógica, também as *smartshops* passaram a designar-se ‘pontos de venda de novas substâncias psicoativas’ (CALADO, 2013).

Quanto ao enquadramento legal das NSP, a Lei nº 13/2012 de 26 de março veio introduzir (pela décima nona vez) alterações ao Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas. Isto é, a lista de substâncias controladas é alargada com o objetivo de adequar a intervenção sobre a expansão do fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas, incluindo duas NSP (a *mefedrona* e *tepantenol*) na lista de substância ilícitas. Pela mesma altura, o arquipélago da Madeira registou uma dimensão expressiva do fenómeno de comercialização e de consumo de NSP. É então publicada a primeira legislação regional que aprova normas para a proteção dos cidadãos e para a redução da oferta de “drogas legais” (Decreto Legislativo Regional nº 28/2012/M de 25 de outubro), resultando no encerramento das 6 lojas existentes na região.

Tratando-se de um fenómeno emergente e em grande transformação, a informação sobre os efeitos e danos associados ao uso (e ao abuso) destas novas substâncias sempre foi limitada e confusa, com sérias implicações para a saúde pública. Neste contexto, a Assembleia da República recomendou ao Governo “a aprovação de normas para a proteção da saúde pública e a tomada de medidas neste âmbito. [Considerando o] consenso formado em torno da perigosidade de novas substâncias psicoativas já conhecidas e da suscetibilidade de, assim, prever novas contra-ordenações, julgou-se indispensável estabelecer medidas sanitárias de efeito imediato contra as NSP” (Resolução nº 5/2013 de 28 de janeiro).

Pouco depois, no dia 17 de Abril de 2013, é publicado um decreto que define o regime jurídico da prevenção e proteção contra a publicidade e o comércio das Novas Substâncias Psicoativas já conhecidas e de outras que venham a surgir no mercado, proibindo a sua produção, importação, exportação, publicitação, distribuição, venda, posse ou disponibilização (Decreto-lei nº 54/2013, de 17 de abril). O diploma legal integra ainda a Portaria nº. 154/2013 de 17 de abril (em referência no seu artigo 3º) que aprova a lista de Novas Substâncias Psicoativas e ilegaliza em Portugal 159 novas substâncias. Como resultado imediato de tais alterações legais, as *smartshops* encerraram e atualmente o comércio destas novas

substâncias integra o mercado ilícito de substâncias (Henriques e Silva, 2016).

A par da definição oficial de Novas Substâncias Psicoativas foram sendo desenvolvidos estudos nos diversos países e organizações tendo em vista aumentar a monitorização do fenómeno. Entre os projetos de investigação destacamos dois exemplos, *NSP in Europe*, que foca a sua atenção no fenómeno das NSP entre os consumidores ditos problemáticos de drogas e *NPS: Trans*, que procurou conhecer os padrões de consumo de NSP a partir de três grupos distintos de consumidores: online, recreativos e marginalizados (BENSCHOP et al, 2020; BENSCHOP et al, 2017; HENRIQUES & SILVA, 2016).

Outra das respostas que acompanharam as alterações legislativas passou pelo estabelecimento do intercâmbio de informações, avaliação de riscos e controlo das NSP por instâncias europeias. Designadamente, a EMCDDA, o Conselho da Europa e a *European Union's law enforcement agency* (EUROPOL), criaram um mecanismo de Alerta Rápido (*Early-Warning System* – EWS), um sistema europeu para a sinalização permanente e para a investigação do surgimento de Novas Substâncias Psicoativas no mercado, permitindo assegurar a transmissão e o intercâmbio rápido de informações sobre o fabrico, o tráfico e o consumo de NSP entre os Estados Membros.

Importa sublinhar que o aparecimento de novas substâncias nos mercados das drogas que não eram ainda controladas pelos mecanismos oficiais nacionais e internacionais e a posterior adaptação destes mecanismos ao fenómeno não é novidade. Novidade é a dinâmica a que o mercado tem assistido nos últimos anos no que se refere a novas substâncias. Dinâmica que resulta da exploração do crescimento da capacidade de produção em países da Europa do norte (EMCDDA, 2016a), mas também a China e a Índia, da globalização das trocas comerciais e do papel da internet (BRANDT, KING & EVANS-BROWN, 2014).

### 3 I IDENTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DAS NSP

As Novas Substâncias Psicoativas, como já referido, designam um conjunto vasto e heterogéneo de substâncias que, utilizadas para fins recreativos e não só, caracterizam uma tendência crescente no mercado de drogas e na prevalência de consumo. No final de 2019 o EMCDDA monitorizou cerca de 790 novas substâncias psicoativas, 53 das quais foram reportadas pela primeira vez na Europa nesse ano. Isto representa um decréscimo face às 100 NSP introduzidas no mercado europeu todos os anos em 2014 e 2015, o que pode estar relacionado com os esforços concertados de controlo destas substâncias. Incluem-se aqui medidas de controlo da produção e medidas de controlo centradas em certas classes de componentes químicos (EMCDDA, 2020). Apesar deste aparente decréscimo no número de

substâncias introduzidas pela primeira vez no mercado europeu em cada ano, o catálogo de novas substâncias psicoativas permanece vasto. Desde 2015 foram detetadas anualmente cerca de 400 novas substâncias reportadas como NSP, valor que ilustra a cultura dinâmica desta quota do mercado das drogas (idem). Dito de outro modo, a dinâmica do mercado é expressa pela rapidez com que novas substâncias podem aparecer e desaparecer, mas o número de substâncias, NSP, em circulação permanece constantemente elevado (EMCDDA, 2020, p. 43).

A diversidade e a rapidez com que surgem as NSP justificam a dificuldade encontrada para categorizar, identificar e listar todas as NSP existentes no mercado (HENRIQUES, SILVA, HSU, 2018). Embora se verifique uma preocupação centrada na procura de tipologias de NSP por parte das mais diversas instâncias, mesmo que com diferentes abordagens e designações, encontrar exemplos concretos de NSP é um desafio. No entanto, denotam-se alguns esforços nesse sentido. O *site* oficial do Gabinete das Nações Unidas para a Droga e para o Crime (UNODC; UNODC, 2015, 2013) apresenta as NSP agrupadas em 9 categorias, com base nas suas características predominantes: aminoindanos; quetamina e substâncias-tipo fenciclidina; fenetilaminas; piperazinas; derivados de plantas; canabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; triptaminas; e outras. O European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction (EMCDDA), embora divida igualmente as NSP em 9 grupos de substâncias, inclui novos compostos na sua lista: piperazinas; benzodiazepinas; arilaminas; triptaminas; opióides; fenetilaminas; canabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; e outras. Esta organização das substâncias destaca o papel que as fenetilaminas, os canabinóides e as catinonas sintéticas têm vindo a ter no contexto europeu (EMCDDA, 2016b). Mais recentemente, foram surgindo outras formas de reorganização e apresentação dos grupos de NSP presentes no mercado de drogas, tais como: cannabinóides sintéticos; catinonas sintéticas; piperazinas; fenetilaminas; quetaminas e substâncias-tipo fenciclidina; triptaminas; benzofuranos e opiáceos sintéticos; entre outros (ZAWILSKA & ANDRZEJCZAK, 2015).

Em Portugal, definições oficiais e regulatórias de NSP dividem estas substâncias em sete grupos principais: feniletilaminas e seus derivados; piperazinas e derivados; derivados da catinona; canabinóides sintéticos; derivados/análogos da cocaína; plantas e respetivos princípios ativos; e outras, onde está incluída a quetamina (CALADO, 2013: 18). A quetamina permite ilustrar outra dificuldade associada à classificação destas NSP e que se prende com o facto de a realidade de consumo em cada país também influenciar a inclusão ou exclusão de determinada substância na categoria NSP. Efetivamente, a quetamina em Portugal encontra-se oficialmente integrada neste grupo, mas o mesmo não acontece noutros países da Europa, como é evidenciado na classificação da EMCDDA (2016b).

Reforçando a celeridade do surgimento de novas substâncias psicoativas, vários autores (por exemplo, ZAWILSKA, ANDRZEJCZAK, 2015) têm vindo a alertar para a existência de uma “segunda geração de novas substâncias” que corresponde a alterações nos compostos de substâncias já identificadas, procurando, desta forma, contornar as diversas respostas, alterações legais e de regulamentação que vão surgindo. A grande variedade e variabilidade dos componentes das novas substâncias psicoativas resultam em grandes diferenças em termos de atividade biológica, parâmetros farmacológicos e efeitos no sujeito, tendo tudo isto grandes implicações na sua definição, classificação e identificação, quer por parte dos agentes com intervenção a nível político, social, químico, médico ou outro, quer por parte dos próprios consumidores.

Acresce ainda às dificuldades apresentadas uma outra, que se prende com as diferentes denominações por que são identificadas. De facto, as novas substâncias psicoativas parecem variar entre designações correntes (*street names* e nomes de marca), e nomes de compostos ou fórmulas químicas. Por exemplo, os produtos que na sua composição química contêm -PVP (-pyrrolidinovalerophenona) podem encontrar-se com designações correntes como ‘Ocean Breath’, ‘Fire Ball’, ‘Total speed’, ‘Sensation’, ‘Speedway’, ‘Guarana Coco jumbo’, ‘Energy 3 (NRG-3)’ ou ‘Sextasy’ (EMCCDA, 2015).

Perante as dificuldades em termos de classificação e agrupamento destas novas substâncias, apresentou-se uma proposta que baseamos no tipo de substância e nos seus efeitos principais sobre o sistema nervoso central, de forma a enquadrar as várias categorias de NSP: os canabinóides sintéticos, os estimulantes sintéticos, os alucinógenos/psicadélicos e os sintéticos tipo-opiáceos (HENRIQUES, GUERREIRO & SILVA, 2019).

## 4 I MERCADOS E ESPAÇOS INVISÍVEIS

Na última década, a problemática da droga tem sofrido várias alterações que a investigação tem procurado acompanhar. Grande parte destas mudanças têm sido impulsionadas pela inovação tecnológica, com impactos em novas formas de comunicação, interação e comercialização. Mas também com impactos nas abordagens teóricas e empíricas que configuram a recente investigação neste campo. Neste contexto, o atual foco de atenção colocado no papel que a internet desempenha no mercado de oferta e procura de drogas ilícitas, no geral, e de novas substâncias psicoativas, em particular, tem sido uma das principais evidências, mas também um dos principais desafios no que respeita às dinâmicas mais tradicionais e estudadas nos últimos anos (novas substâncias, rotas de narcotráfico, formas de aquisição, redes criminosas) (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015; EMCDDA,

2016).

A internet democratiza o acesso à informação, mantendo-a acessível a todos, ao mesmo tempo que proporciona novas oportunidades. Neste cenário digital, os consumidores de substâncias, os *dealers*, os investigadores e os interessados no tema das drogas fazem uso da tecnologia, tirando partido do fácil acesso à internet e a dispositivos móveis. O desenvolvimento dos meios de informação e comunicação tem provocado a emergência de fóruns de discussão, páginas, aplicações e outros instrumentos onde o tema droga é discutido e as substâncias são promovidas, despromovidas e, por vezes, comercializadas.

A problemática das drogas assenta essencialmente em mercados ilícitos, mesmo em cenários de descriminalização do consumo de drogas, como no caso português. Neste contexto, a possibilidade de anonimato dos intervenientes e de resguardo de contacto pessoal é uma estratégia de proteção e uma vantagem na dinâmica destes mercados online.

Alguns estudos têm-se centrado na questão do mercado online das novas substâncias psicoativas, a partir do *I-TREND – Internet Tools for Research in Europe on New Drugs*, um software que monitoriza as lojas de NSP online. Este tem destacado a dimensão virtual do fenómeno das drogas, especialmente a sua capacidade de se adaptar e responder aos mercados, culturas e hábitos de consumo de cada país ou realidade (EMCDDA, 2016<sup>a</sup>; 2019). Outros estudos apontam as vantagens desta dimensão virtual dos mercados na redução dos conflitos interpessoais já que as interações são apenas online e baseadas no anonimato, havendo potencialmente uma menor adulteração das substâncias já que tende a haver uma aproximação entre consumidor e produtor (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015).

As alterações legislativas nacionais, europeias e internacionais parecem ter contribuído para a transferência dos mercados físicos, como as *smartshops*, para o mercado virtual, tanto na *surface* (mais acessível) como na *deepweb* (mais restrito). Este, pode entender-se como o “submundo” da web, ou seja, aquele que corresponde à parte da internet que não pode ser acedida através dos servidores convencionais, mas apenas a partir de um outro website particular, correspondente aos “servidores escondidos” exigindo *skills* específicas). Identificam-se, pois, implicações da ação das políticas públicas ao nível da monitorização e preparação de resposta visando perturbar ou interromper as dinâmicas dos mercados online, particularmente os que operam em larga escala (EMCDDA, 2019).

As NSP surgem sobretudo na *deepweb*, a partir da *darknet* ou dos “criptomercados”, parte da *deepweb* apenas acessível a partir de *browsers* específicos que protegem os utilizadores e o histórico de utilização. Por exemplo o Tor, acrónimo de “The Onion Router”, um motor de busca que esconde o endereço IP dos computadores, a primeira identificação de um sujeito utilizador da internet,



protegendo assim a sua privacidade (PIRES, BORGES & VALENTE, 2015; EMCDDA, 2016), beneficiando do facto de atualmente ser possível fazer qualquer tipo de transação, sendo irrelevante a localização ou a real identificação dos envolvidos. No mesmo sentido, é possível partilhar experiências de consumo em tempo real, promovendo, assim determinada substância. Nestes espaços comerciais virtuais não há constrangimentos legais ou outros (ALDRIDGE & DÉCARY-HÉTU, 2014), a identidade é protegida, as transações financeiras são feitas com recurso às “bitcoins” ou às “litecoins” e a comunicação é encriptada, codificada.

Um dos primeiros criptomercados a surgir, em 2011, foi o “Silk Road”, um sofisticado e inovador *Marketplace*, onde era possível adquirir todos os tipos de substâncias, aos mais variados preços. Uma das suas características inovadoras foi o facto de requerer toda uma avaliação para desta forma garantir a satisfação dos consumidores, através de *ratings* associados produtor, vendedor e consumidores finais. Visava, desta forma, estabelecer relações de confiança entre os seus utilizadores e promover demonstrações de qualidade e fiabilidade perante potenciais clientes (ALDRIDGE, DÉCARY-HÉTU, 2014). O *Silk Road* encerrou em Outubro de 2013, mas outras plataformas surgiram, como por exemplo *Black Market Reloaded*, *The Armory*, *Evolution*, *Agora*. No cumprimento da sua vocação mercantilista, este tipo de plataformas foi aprimorando a forma como monitorizam todos os processos inerentes às transações, sendo considerados mercados “resilientes”, ou seja, capazes de se adaptarem às adversidades e obstáculos que vão surgindo (EMCDDA, 2016a).

Em síntese, os *criptomercados*, correspondem à segunda geração de redes paralelas e distinguem-se pelas seguintes características principais (ALDRIDGE & DECARY-HÉTU, 2014; VAN HOUT & BINGHAM, 2013):

- I. pagamentos efetuados a partir de uma moeda virtual (bitcoins, por exemplo);
- II. exigência aos clientes de aceitação do protocolo de anonimato (por exemplo, Tor ou Projeto Invisível de Internet – I2P), de forma a assegurar a inexistência de elementos identificativos e eliminar as probabilidades de rastreio e identificação dos servidores ocultos;
- III. incentivo à confidencialidade das transações envolvidas, de modo a evitar capturas e partilha de informações acerca de dinâmicas ilícitas;
- IV. recurso a um sistema de avaliação online, onde os vários intervenientes podem dar o seu *feedback* acerca de determinada transação, produto ou entrega, diferenciando e destacando assim alguns critérios de qualidade.

De acordo com o relatório europeu sobre os mercados das drogas, o mercado das NSP está cada vez mais habilitado digitalmente. Os mercados de superfície da

*web* e *darknet* são usados para vendas de drogas online, assim como os media sociais e os aplicativos de comunicação móvel. Os serviços de encriptação e serviços anonimizados são também cada vez mais usados pelas organizações que atuam nestes mercados para fins de segurança.

## 5 | REFLEXÕES FINAIS

O propósito do presente texto é contribuir para a apresentação e discussão das políticas públicas e mercados, físicos e virtuais, das novas substâncias psicoativas. Para tal, começamos por situar o fenómeno das NSP em termos das políticas públicas que o enquadram. De seguida, deu-se conta das dificuldades de classificação destas substâncias, tal é a sua diversidade farmacológica e a rapidez com que novos componentes são introduzidos configurando uma complexidade de alterações e de novidades.

A dimensão virtual do mercado das drogas parece assumir, no caso das NSP, uma dinâmica particular e igualmente pouco conhecida. Esta dimensão virtual do mercado é relevante quer do ponto de vista da oferta quer do ponto de vista da procura. No primeiro caso importa perceber as rotas, os circuitos, os fluxos da informação gerados, as formas específicas de transação, a (re)definição de papéis entre produtor e vendedor. No segundo caso importa conhecer o perfil dos consumidores, os padrões e prevalências de consumo, as características das interações e redes de interação que se estabelecem.

Concluindo, é incontornável a necessidade de aumentar o conhecimento acerca da natureza e padrões do uso de NSP e do potencial de risco associado a estas substâncias para, a partir daqui se poderem identificar potenciais áreas de intervenção e pontos focais para o desenvolvimento de estratégias preventivas (GIOVANNI et al., 2015). Neste sentido destacamos algumas linhas de atuação a privilegiar que possam complementar as atualizações de estatuto legal que forem sendo introduzidas (CORAZZA et al., 2012; 2013). Uma prende-se com a monitorização das atividades online, essencial ao mapeamento da difusão das NSP. Outra passa pela incorporação de ferramentas tecnológicas em programas de prevenção específicos. Finalmente, o envolvimento de redes de parcerias internacionais e multidisciplinares assume particular relevância face aos desafios criados pelo fenómeno das NSP, designadamente no que se refere à sua grande novidade e ao rápido crescimento.

Em síntese, sendo todas estas particularidades das NSP pontos comuns e determinantes para o seu aparecimento em certos mercados, é necessário todo um exercício relativo à sua definição e conceptualização, essencial à definição de políticas públicas adequadas. Atualmente, a ação pública é exercida sobre problemas

de enorme diversidade e complexidade, articulando-se nos planos internacional, europeu e nacional. Tal é o caso das políticas públicas na área das substâncias psicoativas e, em particular, das NSP.

## REFERÊNCIAS

ALDRIDGE, J.; DÉCARY-HÉTU, D. **'Not an "eBay for drugs": the cryptomarket "Silk Road" as a paradigm shifting criminal innovation'**, 2014. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2436643>>. Consultado em: 12 fev. 2016.

BENSCHOP, A. et al. Why do people use new psychoactive substances? Development of a new measurement tool in six European countries. **Journal of Psychopharmacology**, v. 1, n. 12. fev.2020.

BENSCHOP, A., et.al. **New Psychoactive Substances: Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention**, 2017. Disponível em: <[https://www.drugsandalcohol.ie/29963/1/NPS-transnational\\_final\\_report\\_2017.pdf](https://www.drugsandalcohol.ie/29963/1/NPS-transnational_final_report_2017.pdf)> Consultado em: 04 mar 2018.

BRANDT, S. D.; KING, L. A.; EVANS BRAWN, M. The new phenomenon. **Drugs Testing and Analysis**, v. 6, n. 7-8, pp. 587-597, 2014.

CALADO, V. **Novas Substâncias Psicoativas – O caso da Salvia Divinorum**. Lisboa: Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, 2013.

CASTELLS, M. **Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Caloute Gulbenkian, 2002.

CORAZZA, O., et al. Promoting innovation and excellence to face the rapid diffusion of Novel Psychoactive Substances in the EU: the outcomes of the ReDNet project, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 28, n.4, pp. 317-323, 2013

CORAZZA, O., et al. Phenomenon of new drugs on the internet: the case of ketamine derivate methoxetamine, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 27 n. 2, pp. 145-149, 2012.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **European Drug Report 2020: trends and developments**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2020.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **EU Drug Markets Report**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2019.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Relatório europeu sobre drogas**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **The internet and drug markets**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016a.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Perspetivas sobre drogas – os canabinoides sintéticos na Europa**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2016b.

EMCDDA – EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **New Psychoactive Substances (NPS) in Europe. An update from the EU Early Warning System**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2015.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2014.

EMCDDA - EUROPEAN MONITORING CENTRE FOR DRUG AND DRUG ADDICTION. **Report on the risk assessment of mephedrone in the framework of the Council decision on new psychoactive substances**. Luxemburgo: The Publications Office of the European Union, 2011.

GIOVANNI M. et al. Novel psychoactive substances: use and knowledge among adolescents and young adults in urban and rural areas, **Human Psychopharmacology – clinical & experimental**, v. 30, n. 4, pp. 295-301, 2015.

GOULÃO J. Novas Substâncias Psicoativas, **Boletim da Ordem dos Advogados**, n. 101/102, pp. 36-37, 2013.

GRUND, J-P. C., et al. The Emperor's new clothes? Findings from the NPS in Europe, EU Rapid Assessment and Response Study of Consumption of New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily in Five EU Member States, **Adiktologie**, v. 16 n. 2, pp. 78-90, 2016.

HENRIQUES, S. GUERREIRO, M. D., SILVA, J. *New Psychoactive Substances: towards a conceptual delimitation*. **Análise Social**, n. 54, v. 233, pp. 804-826, 2019.

HENRIQUES, S., SILVA, J., HSU, K., Overview on new psychoactive substances in Portugal, **CIES e-working paper**. Lisboa: CIES, 2018.

HENRIQUES, S.; SILVA, J. Novas substâncias psicoativas (NSP): políticas públicas, mercados e espaços invisíveis. In **Congresso Português de Sociologia, 9, Faro, 2016 - "Portugal [Em linha]: território de territórios: atas"**. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2016.

PIRES, C. V.; BORGES, M.; VALENTE, H. Netreach work in Europe: responses to developments on the dark web and the use of new psychoactive substances, In WOUTERS, Marije; FOUNTAIN, Jane (Eds.). **Between street and screen – Traditions and innovations in the drugs field**, pp. 57-75. Lengerich: Pabst Science Publishers, 2015.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Early Warning Advisory on New Psychoactive Substances**, Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2015.

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **The Challenge of New Psychoactive Substances**, Vienna: United Nations Office on Drugs and Crime, 2013.

VAN HOUT, M. C.; BINGHAM, T. 'Silk Road', the virtual drug marketplace: A single case study of user experiences, **International Journal of Drug Policy**, v. 24, n. 5, pp. 385-391, 2013.

VIVRINCIKOVA, L., et al. **New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily. Towards Effective and Comprehensive Health Responses in Europe**, 2016.  
Disponível em: <[http://npsineurope.eu/images/pdf/publication/NPS\\_5\\_country\\_rar\\_report.pdf](http://npsineurope.eu/images/pdf/publication/NPS_5_country_rar_report.pdf)>  
Consultado em: 12 ago 2016.

ZAWILSKA, J. B.; ANDRZEJCZAK, D. Next generation of novel psychoactive substances on the horizon – a complex problema to face, **Drug and Alcohol Dependence**, n. 157, pp. 1-17, 2015.

SICAD – SERVIÇO DE INTERVENÇÃO EM COMPORTAMENTOS ADITIVOS E DEPENDÊNCIAS, <http://www.sicad.pt/PT/Cidadao/SubstanciasPsicoativas/Paginas/detalhe.aspx?itemId=19>

UNODC – UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, [www.unodc.org](http://www.unodc.org)

Lei nº 13/2012 de 26 de março .[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/822/Lei\\_13\\_2012.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/822/Lei_13_2012.pdf)

Decreto-Lei nº 15/93, de 22 de janeiro.[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/692/dl\\_15\\_93.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/692/dl_15_93.pdf)

Decreto Legislativo Regional nº 28/2012/M de 25 de outubro.[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/839/DLR\\_28\\_2012\\_M.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/839/DLR_28_2012_M.pdf)

Resolução nº 5/2013 de 28 de janeiro.[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/846/RAR\\_5\\_2013.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/846/RAR_5_2013.pdf)

Decreto-lei nº 54/2013, de 17 de abril.[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/849/DL\\_54\\_2013.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/849/DL_54_2013.pdf)

Portaria nº 154/2013, de 17 de abril (e Anexo).[http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD\\_LEGISLACAO/Attachments/850/Portaria\\_154\\_2013.pdf](http://www.sicad.pt/BK/Institucional/Legislacao/Lists/SICAD_LEGISLACAO/Attachments/850/Portaria_154_2013.pdf)

# A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# A SOCIOLOGIA E AS QUESTÕES INTERPOSTAS AO DESENVOLVIMENTO HUMANO 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 